



### CONTROLE VETORIAL



As Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue preveem o controle vetorial como um dos componentes principais para combater a dengue e outras arboviroses e requer ações intersetoriais para garantir a eficácia do programa. Desta forma, deve envolver e responsabilizar tanto os gestores quanto a sociedade. Tal entendimento reforça o fundamento de que o controle vetorial é uma ação de responsabilidade coletiva e que não se restringe ao setor saúde e seus profissionais.



Segundo Ofício nº 355/2021/CGARB/DEIDT/SVS/MS, 13/09/2021:

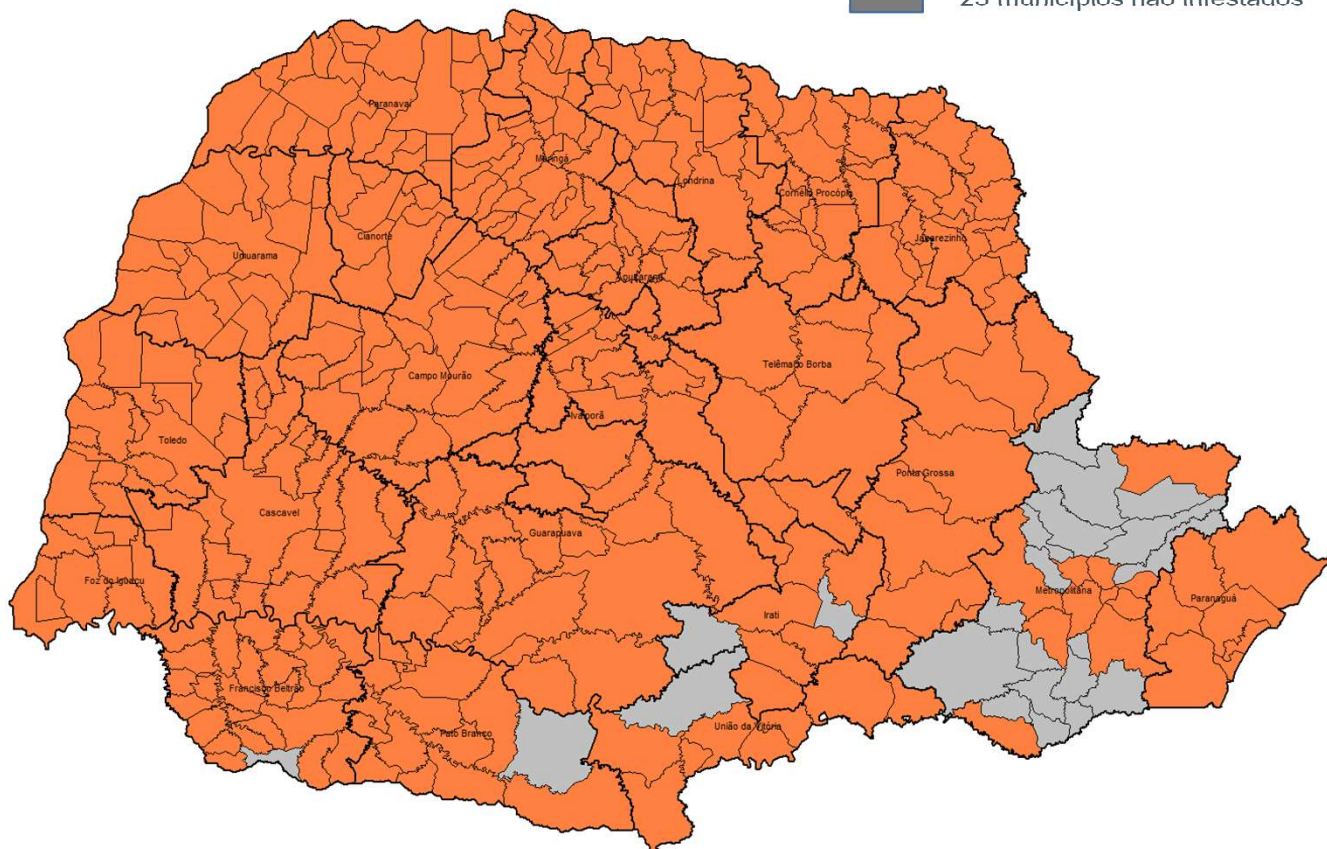
*“Comprovada a infestação do município pelo Aedes aegypti com pesquisa entomológica e/ou registros de casos autóctones, o município é automaticamente considerado infestado”*

As informações relativas ao vetor (distribuição geográfica, índice de infestação e depósitos predominantes) são essenciais para caracterizar e nortear as ações de controle. Sendo que em função da presença ou não do *Aedes aegypti*, os municípios são categorizados em dois estratos:

- **Municípios infestados**, aqueles com disseminação e manutenção do vetor nos domicílios. No Paraná inclui-se nesta categoria 376 municípios (94,2%).
- **Municípios não infestados**, aqueles em que não foi detectada a presença disseminada do vetor nos domicílios ou, nos municípios anteriormente infestados, que permanecem 12 meses consecutivos sem sua presença.

#### Classificação dos municípios quanto a presença do vetor *A. aegypti*:

-  376 municípios infestados
-  23 municípios não infestados



Fonte: SESA/DAV/CVIA/DVDTV

Figura1 – Classificação dos municípios segundo condição de infestado ou não Infestado.



### LEVANTAMENTO ENTOMOLÓGICO








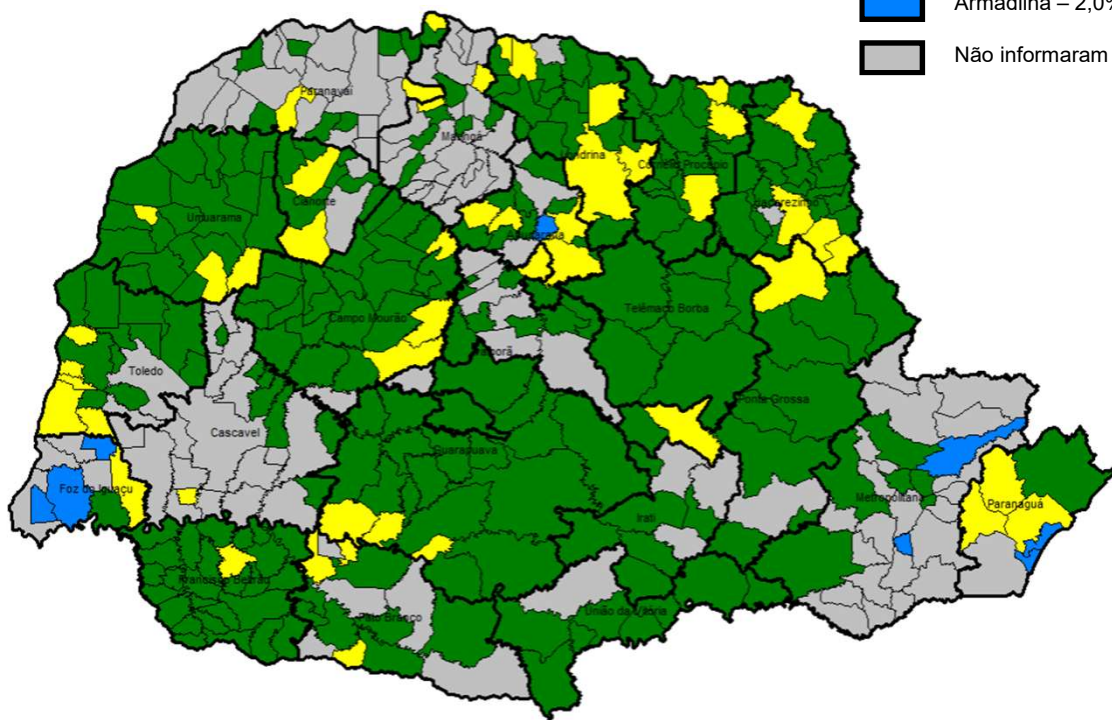
Segundo a Resolução de Consolidação CIT nº 1, de 30 de março de 2021, torna-se obrigatório o levantamento entomológico de Infestação por *Aedes aegypti* pelos municípios e o envio da informação para as Secretarias Estaduais de Saúde e destas, para o Ministério da Saúde<sup>1</sup>.

O índice de infestação predial (IIP) é a relação expressa em porcentagem entre o número de imóveis positivos e o número de imóveis pesquisados. A partir dos indicadores de IIP obtidos os municípios são classificados de acordo com o risco para desenvolvimento de epidemia, sendo os municípios considerados em condições satisfatória quando o IIP fica abaixo de 1%, em condição de alerta quando este índice está ente 1 e 3,99% e em risco de desenvolver epidemia quando o índice atinge 4%.

### CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONFORME IIP

#### LEGENDA IIP

-  < 1 (Satisfatório) – 58,1% (232 municípios)
-  1 até 3,99 (Alerta) – 12,3% (49 municípios)
-  4 ou mais (Risco) – 0,0% (0 município)
-  Armadilha – 2,0% (8 municípios)
-  Não informaram – 27,6% (110 municípios)



Fonte: SESA/DAV/CVIA/DVDTV

Figura 2 – Classificação dos municípios segundo IIP – Paraná.

Nota: Dados referentes ao período 01/09/2024 a 04/10/2024.

Art. 120. Os municípios deverão atender aos seguintes critérios em atendimento ao disposto no art. 119: (Origem: Res. CIT 12/2017, art. 2º, caput)

I - realizar o Levantamento Rápido de Índice de Infestação por *Aedes aegypti* (LIRAA) nos municípios infestados pelo vetor *Aedes aegypti*, com mais de 2.000 imóveis, conforme descrito no manual técnico "Levantamento rápido de índices para *Aedes aegypti* - LIRAA para vigilância entomológica do *Aedes aegypti* no Brasil"; (Origem: Res. CIT 12/2017, art. 2º, I)

II - realizar o Levantamento de Índice Amostral (LIA), nos municípios infestados pelo vetor *Aedes aegypti*, com menos de 2.000 imóveis, conforme descrito nas Diretrizes Nacionais de Prevenção e Controle da Dengue; e (Origem: Res. CIT 12/2017, art. 2º, II)

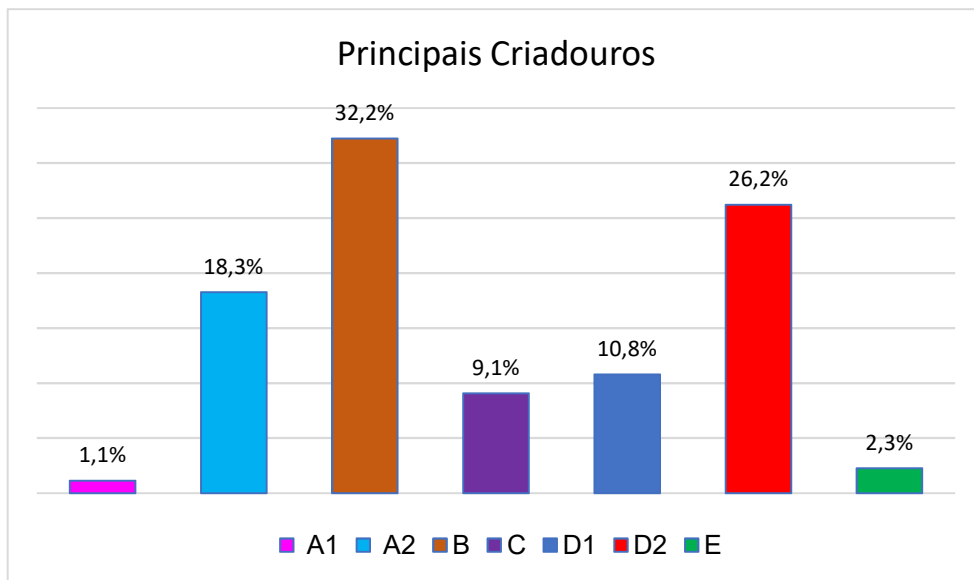
III - realizar monitoramento por ovitrampa ou larvitrampa ou outra metodologia validada nos municípios não infestados, conforme descrito nas Diretrizes Nacionais de Prevenção e Controle da Dengue. (Origem: Res. CIT 12/2017, art. 2º, III)



### PRINCIPAIS DEPÓSITOS



Porcentagem de depósitos positivos para *Aedes aegypti* segundo levantamento entomológico realizado no período de 01/09/2024 a 04/10/2024 – Paraná



Grupo	Sub-grupo	Número de depósitos positivos por tipo	Percentual de depósitos positivos por tipo
Grupo A: Armazenamento de água para consumo humano	A1: Depósito de água elevado, ligado à rede pública e/ou ao sistema de captação mecânica.	10	1,1%
	A2: Depósitos ao nível do solo para armazenamento doméstico.	161	18,3%
Grupo B: Depósitos móveis	B: Vasos/frascos com água, pratos, pingadeiras, recipientes de degelo em geladeiras, bebedouros em geral, pequenas fontes ornamentais, materiais em depósito de construção (sanitários estocados, etc.), objetos religiosos/rituais	284	32,2%
Grupo C: Depósitos fixos	C: Tanques em obras, borracharias e hortas, calhas, lajes e toldos em desníveis, ralos, sanitários em desuso, piscinas não tratadas, fontes ornamentais, floreiras/vasos em cemitérios, cacos de vidro em muros, outras obras arquitetônicas	80	9,1%
Grupo D: Passíveis de remoção/proteção	D1: Pneus e outros materiais rodantes	95	10,8%
	D2: Lixo (recipientes plásticos, garrafas, latas); sucatas em patios e ferrosvelhos (PE), entulhos de construção	231	26,2%
Grupo E: Naturais	E: Axilas de folhas (bromélias, etc.), buracos em árvores e em rochas, restos de animais (cascas, carapaças, etc.)	20	2,3%

Elaboração: Marília de Melo Santos de Castilhos  
Divisão de Doenças Transmitidas por Vetores/Coordenadoria de Vigilância Ambiental/Diretoria de Atenção e Vigilância em Saúde